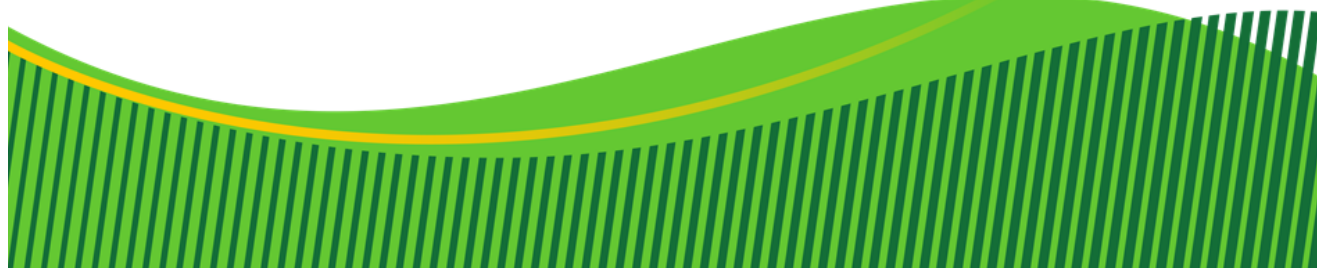


Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de
Associados do Norte do Rio Grande do Sul e
Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC

Erechim - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 5 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC
CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	1.099.084	991.542	CIRCULANTE	524.140	442.413
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	19.901	14.367	DEPÓSITOS (NOTA 12)	184.266	135.782
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	92.528	49.818	Depósitos à Vista	124.409	92.277
Carteira Própria	92.528	49.818	Depósitos a Prazo	59.857	43.505
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	411.565	399.462	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	279.772	257.834
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1	3	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	30	10
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	18	135	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	279.742	257.824
Correspondentes no país	146	413	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.117	1.648
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	411.400	398.911	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.117	1.648
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	544.156	502.898	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	7.676	7.698
Operações de Crédito	567.409	523.595	Empréstimos País - Outras Instituições	7.676	7.698
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(23.253)	(20.697)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	50.309	39.451
OUTROS CRÉDITOS	29.974	24.257	Cobrança e Arrecadação de Tributos	298	115
Créditos por Avals e Fianças Honrados	256	456	Sociais e Estatutárias	3.272	2.469
Rendas a Receber	2.433	2.372	Fiscais e Previdenciárias	2.012	1.781
Créditos Específicos	115	105	Diversas (NOTA 15)	44.727	35.086
Diversos (NOTA 08)	27.940	22.279			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(770)	(955)			
OUTROS VALORES E BENS	960	740			
Outros Valores e Bens	783	550			
(Provisão para desvalorização)	(18)	(18)			
Despesas Antecipadas (NOTA 09)	195	208			
NÃO CIRCULANTE	246.804	181.985	NÃO CIRCULANTE	630.729	574.568
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	246.804	181.985	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	630.729	574.568
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	5.197	3.804	DEPÓSITOS (NOTA 12)	624.915	568.638
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.197	3.804	Depósitos a Prazo	624.915	568.638
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	190.892	130.553	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	5.814	5.930
Operações de Crédito	208.084	144.229	Repasse Interfinanceiros	5.814	5.930
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(17.192)	(13.676)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 08)	3	1			
Diversos	3	1			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	225	364			
Despesas Antecipadas	225	364			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	23.538	23.538	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	191.019	156.546
Outros Investimentos	23.538	23.538	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	87.256	81.890
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	19.401	16.548	De Domiciliados no País	87.316	81.962
Imóveis de Uso	9.057	9.057	(Capital a Realizar)	(60)	(72)
Outras Imobilizações de Uso	20.632	16.097	RESERVAS DE SOBRAS	85.747	61.360
(Depreciação acumulada)	(10.288)	(8.606)			
INTANGÍVEL (NOTA 11)	7.548	7.177	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	18.016	13.296
Outros Ativos Intangíveis	14.716	12.542			
(Amortização acumulada)	(7.168)	(5.365)			
TOTAL DO ATIVO	1.345.888	1.173.527	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.345.888	1.173.527

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC
CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	77.139	-	77.139	153.720	-	153.720	139.955	6	139.961
Operações de Crédito	73.102	-	73.102	144.657	-	144.657	134.191	6	134.197
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	4.036	-	4.036	9.061	-	9.061	5.698	-	5.698
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	2	-	2	66	-	66
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(42.061)	(837)	(42.898)	(90.319)	(1.579)	(91.898)	(102.444)	(1.086)	(103.530)
Operações de Captação no Mercado	(24.573)	(57)	(24.630)	(56.572)	(106)	(56.678)	(68.855)	(86)	(68.941)
Operações de Empréstimos e Repasses	(7.394)	(780)	(8.174)	(15.177)	(1.473)	(16.650)	(13.968)	(1.000)	(14.968)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.094)	-	(10.094)	(18.570)	-	(18.570)	(19.621)	-	(19.621)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	35.078	(837)	34.241	63.401	(1.579)	61.822	37.511	(1.080)	36.431
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(18.306)	5.402	(12.904)	(26.341)	10.663	(15.678)	(10.595)	8.916	(1.679)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	6.602	10.748	17.350	12.699	20.499	33.198	10.615	15.788	26.403
Rendas de Tarifas Bancárias	4.238	-	4.238	8.334	-	8.334	7.793	1	7.794
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(22.245)	(2.336)	(24.581)	(42.610)	(4.162)	(46.772)	(36.904)	(2.660)	(39.564)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(14.097)	(2.003)	(16.100)	(27.199)	(3.703)	(30.902)	(25.370)	(2.779)	(28.149)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(99)	(489)	(588)	(221)	(936)	(1.157)	(120)	(714)	(834)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 22)	19.997	330	20.327	46.292	427	46.719	56.952	736	57.688
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	(12.702)	(848)	(13.550)	(23.636)	(1.462)	(25.098)	(23.561)	(1.456)	(25.017)
RESULTADO OPERACIONAL	16.772	4.565	21.337	37.060	9.084	46.144	26.916	7.836	34.752
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	316	78	394	644	157	801	339	148	487
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	17.088	4.643	21.731	37.704	9.241	46.945	27.255	7.984	35.239
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	1.167	1.167	-	(736)	(736)	-	(403)	(403)
Provisão para Imposto de Renda	-	692	692	-	(426)	(426)	-	(230)	(230)
Provisão para Contribuição Social	-	475	475	-	(310)	(310)	-	(173)	(173)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	17.088	5.810	22.898	37.704	8.505	46.209	27.255	7.581	34.836
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	8.505	(8.505)	-	7.581	(7.581)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	17.088	5.810	22.898	46.209	-	46.209	34.836	-	34.836
DESTINAÇÕES	-	-	-	(28.193)	-	(28.193)	(21.540)	-	(21.540)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(7.676)	-	(7.676)	(6.723)	-	(6.723)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.802)	-	(1.802)	(1.330)	-	(1.330)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(16.214)	-	(16.214)	(11.966)	-	(11.966)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.501)	-	(2.501)	(1.521)	-	(1.521)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	18.016	-	18.016	13.296	-	13.296

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina -
Sicredi Norte RS/SC**

CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	74.234	43.099	8.643	125.976
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(2.995)	(2.995)
Destinações para reservas	-	4.774	(4.774)	-
Outras destinações	-	-	(874)	(874)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.381	-	-	5.381
Baixas de capital	(4.351)	-	-	(4.351)
Resultado do período	-	-	34.836	34.836
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.330)	(1.330)
Reserva Legal - Estatutária	-	11.966	(11.966)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.626	-	(6.723)	(97)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.521	(1.521)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	81.890	61.360	13.296	156.546
Mutações do Período	7.656	18.261	4.653	30.570
Saldos no início do período em 01/01/2017	81.890	61.360	13.296	156.546
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(6.366)	(6.366)
Destinações para reservas	-	5.672	(5.672)	-
Outras destinações	-	-	(1.258)	(1.258)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.738	-	-	2.738
Baixas de capital	(4.926)	-	-	(4.926)
Resultado do período	-	-	46.209	46.209
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.802)	(1.802)
Reserva Legal - Estatutária	-	16.214	(16.214)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.554	-	(7.676)	(122)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.501	(2.501)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	87.256	85.747	18.016	191.019
Mutações do Período	5.366	24.387	4.720	34.473
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não Auditado)	80.884	67.032	23.311	171.227
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.123	-	-	1.123
Baixas de capital	(2.305)	-	-	(2.305)
Resultado do período	-	-	22.898	22.898
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.802)	(1.802)
Reserva Legal - Estatutária	-	16.214	(16.214)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.554	-	(7.676)	(122)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.501	(2.501)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	87.256	85.747	18.016	191.019
Mutações do Período	6.372	18.715	(5.295)	19.792

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina -
Sicredi Norte RS/SC
CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO EXERCÍCIO	27.242	55.933	42.518
Resultado do exercício	22.898	46.209	34.836
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.344	9.724	7.682
Provisão para operações de crédito	3.168	6.072	4.473
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	18	-	18
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	52	(185)	394
Depreciação do imobilizado de uso	1.207	2.288	1.871
Amortização do intangível	895	1.804	1.091
Baixas do ativo permanente	33	81	241
Provisão para passivos contingentes	995	1.140	727
Destinações ao FATES	(1.802)	(1.802)	(1.330)
Dividendos SicrediPar	(222)	326	197
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(18.281)	(20.579)	40.296
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.178)	(1.393)	(1.593)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	2.099	(42.710)	(38.020)
Redução em relações interfinanceiras ativas	9.206	2	204
Redução em créditos vinculados	19	117	541
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	19	266	(54)
(Aumento) em operações de crédito	(118.787)	(107.669)	(96.723)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	56.521	21.822	55.483
(Aumento) em outros créditos	(2.334)	(5.861)	(3.321)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	343	(79)	(864)
Aumento em depósitos	25.124	104.761	120.025
Aumento em relações interdependências passivas	1.469	469	187
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(474)	(22)	(913)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(559)	(1.596)	(864)
Aumento em outras obrigações	10.251	11.314	6.208
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	8.961	35.354	82.814
Aquisição de Investimentos	-	-	(3.287)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.428)	(5.223)	(2.421)
Aplicações no Intangível	(1.268)	(2.174)	(2.082)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.696)	(7.397)	(7.790)
Integralização de capital	1.123	2.738	5.381
Baixa de capital	(2.305)	(4.926)	(4.351)
Juros ao capital próprio	(122)	(122)	(97)
Distribuição de Sobras	-	(7.624)	(3.869)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.304)	(9.934)	(2.936)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	3.961	18.023	72.088
Caixa e equivalente de caixa no início do período	427.340	413.278	341.190
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	431.301	431.301	413.278

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 14/04/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de securançal).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispendios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispendios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispendios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispendios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispendios e Despesas Administrativas, para melhor visualização gerencial da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(104.044)	514	(103.530)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(20.135)	514	(19.621)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.165)	(514)	(1.679)
Outros Dispendios e Despesas Administrativas	(27.995)	(154)	(28.149)
Outros Dispendios e Despesas Operacionais	(24.657)	(360)	(25.017)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispendios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispendios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidas das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	19.901	14.367
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	411.400	398.911
Total	431.301	413.278

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.197	3.804
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	5.197	3.804
Total realizável a longo prazo	5.197	3.804

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017	2016
Cotas de Fundos de Renda Fixa	92.528	49.818
Total circulante	92.528	49.818

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	248.849	169.226	418.075	326.803
Financiamentos	49.826	27.589	77.415	60.522
Financiamentos rurais e agroindustriais	268.734	11.269	280.003	280.499
Carteira total	567.409	208.084	775.493	667.824

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	256	-	256	456
Devedores por compra de valores e bens	40	-	40	-
Títulos e créditos a receber (i)	21.236	3	21.239	15.885
Total	21.532	3	21.535	16.341

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível AA	-	-	1	-	-
Nível A	0,50	244.746	281.438	1.224	1.407
Nível B	1,00	343.739	248.614	3.437	2.486
Nível C	3,00	118.298	83.053	3.549	2.492
Nível D	10,00	46.453	32.605	4.645	3.261
Nível E	30,00	16.256	12.100	4.877	3.630
Nível F	50,00	7.356	7.559	3.678	3.780
Nível G	70,00	2.745	2.907	1.922	2.035
Nível H	100,00	17.435	15.888	17.435	15.888
Total (i)		797.028	684.165	40.767	34.979

Em 31 de dezembro de 2017 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 448 (2016 - R\$ 349).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2017				Total da Carteira	2016
		A vencer					
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias			
Pessoas Físicas	5.238	59.267	75.550	92.591	232.646	195.226	
Rural	1.705	59.042	207.987	11.269	280.003	280.499	
Industrial	87	12.103	14.440	15.768	42.398	28.774	
Comércio	1.075	32.145	46.506	35.108	114.834	81.129	
Outros Serviços	1.509	29.178	43.108	53.352	127.147	98.537	
Total	9.614	191.735	387.591	208.088	797.028	684.165	

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	47.223	5,92	44.126	6,45
50 devedores seguintes	111.799	14,03	95.710	13,99
100 devedores seguintes	98.145	12,31	83.306	12,18
Demais	539.861	67,74	461.023	67,38
Total	797.028	100	684.165	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	35.328	30.461
Constituição de provisão	18.570	19.621
Movimentação de baixados para prejuízo	(12.683)	(14.754)
Saldo final	41.215	35.328

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 4.287 (2016 - R\$ 2.911), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 32.261 (2016 - R\$ 13.672).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	146	140
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.470	3.599
Devedores por compra de valores e bens	40	-
Devedores por depósitos em garantia	1.466	1.080
Impostos e contribuições a compensar	409	546
Titulos e créditos a receber	21.236	15.884
Valores honrados	28	87
Cotas de consórcio	45	-
Devedores por convênios	11	6
Operações com cartões	127	166
Pendências a regularizar	150	26
Outros	812	745
Total Circulante	27.940	22.279
Titulos e créditos a receber	3	1
Total realizável a longo prazo	3	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	783	550
Imóveis	756	342
Veículos e afins	27	153
Máquinas e equipamentos	-	21
Bens em regime especial	-	34
Despesas antecipadas	195	208
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(18)	(18)
Total Circulante	960	740
Despesas antecipadas	225	364
Total realizável a longo prazo	225	364

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 18 (2016 - R\$ 18) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	11.422	11.422
Sicredi Participações S.A.	12.115	12.115
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	23.538	23.538

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	3.929.366 ON	3.929.366 ON	1	1	11.421.256	11.421.256
	8.185.968 PN	8.185.968 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,38%	1,39%	0,61%	0,63%	3,25%	3,25%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	12.115	12.115	1	1	11.422	11.422

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	29.689	(10.288)	19.401	16.548
Imobilizações em curso	-	359	-	359	260
Terrenos	-	4.442	-	4.442	4.442
Edificações	4%	4.615	(1.252)	3.363	3.548
Instalações	10%	5.880	(2.526)	3.354	2.954
Móveis e equipamentos de uso	10%	6.074	(2.348)	3.726	2.639
Sistema de comunicação	10%	388	(142)	246	139
Sistema de processamento de dados	20%	5.831	(3.082)	2.749	1.752
Sistema de segurança	10%	1.130	(456)	674	427
Sistema de transporte	20%	970	(482)	488	387
Intangível (i)		14.716	(7.168)	7.548	7.177
Investimentos Confederação		14.716	(7.168)	7.548	7.177
Total		44.405	(17.456)	26.949	23.725

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	124.409	-	-	124.409	92.277
Depósitos a prazo	28.479	31.378	624.915	684.772	612.143
Total	152.888	31.378	624.915	809.181	704.420

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	279.742	257.824
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	279.742	257.824
Total circulante	279.742	257.824
Recursos do Crédito Rural	5.814	5.930
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	5.814	5.930
Total exigível a longo prazo	5.814	5.930

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/11/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	7.676	7.698
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	7.676	7.698
Total circulante	7.676	7.698

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 06/12/2018.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	2.800	2.604
Obrigações por convênios oficiais	15	9
Provisão para pagamentos a efetuar	9.965	7.996
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	4.056	2.916
Outras Contingências	207	233
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	3.459	2.712
Pendências a regularizar	16	361
Operações com cartões	20.577	14.875
Demais fornecedores	1.729	2.147
Credores diversos	1.903	1.233
Total circulante	44.727	35.086

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	2.803	1.942	(872)	3.873
Cível	113	108	(38)	183
Total	2.916	2.050	(910)	4.056

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	3.873	2.803
Cível	Provável	183	113
Total		4.056	2.916

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 4.013; R\$ 551 e R\$ 921 (2016 - R\$ 60, R\$ 598 e R\$ 70), respectivamente.

Adicionalmente, a Cooperativa possui em andamento processos administrativos, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do tributo ISSQN. Os processos encontram-se em fase de impugnação tramitando junto à Secretaria Municipal da Fazenda de Erechim e Município de Concórdia, atingindo o valor de R\$ 662, atualizado pela Selic, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

Adicionalmente, a Cooperativa possui em andamento o processo administrativo nº 38811065, versando sobre matéria tributária em que discute a ausência de recolhimento da Taxa de Serviços Diversos referente ao registro de contrato de financiamento de veículo, devida ao Órgão Estadual de Trânsito (DETRAN/RS), para fins de anotação de gravame. O processo encontra-se em fase de impugnação tramitando junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - SEFAZ/RS, atingindo o valor de R\$ 190, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	87.256	81.890
Total de associados	86.289	82.749

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 5.366 (2016 – R\$ 7.656), sendo R\$ 7.554 (2016 – R\$ 6.626) via integralização de resultados e R\$ 2.738 (2016 – R\$5.381), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 4.926 (2016 – R\$ 4.351).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 9,5% em Conta Capital, no montante de R\$ 7.676, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2017 a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 804 (R\$ 274 em dezembro de 2016), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	46.945	35.239
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(19.717)	(14.800)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	11	6
Provisão resgate de milhas cartão	58	17
Provisão PPR	80	70
Receita com atos cooperativos	15.835	11.447
Juros sobre capital próprio	3.224	2.824
Outros	(227)	33
Subtotal	18.981	14.397
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(736)	(403)

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	5.197	3.804
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	92.528	49.818
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	411.400	398.911
Outros Créditos - Rendimentos a receber	1.946	1.500
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	3.394	3.701
Investimentos (Nota 10)	23.538	23.538
Intangível (Nota 11)	7.548	7.177
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	285.556	263.754
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	7.676	7.698
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	20.612	14.663
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	9.061	5.698
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	10.452	7.461
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	40.037	49.746
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	16.650	14.968
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 21)	1.292	1.184
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 23)	14.436	13.661

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	435	0,35%	135
Depósitos a prazo	1.771	0,26%	1.642
Operações de crédito	3.277	0,42%	2.284

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.287	2.167

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 Reapresentado
Despesa de água, energia e gás	697	687
Despesa de aluguéis	3.193	2.679
Despesa de comunicação	1.897	1.812
Despesa de manutenção e conservação	2.475	1.984
Despesa de material	607	542
Despesa processamento dados	760	519
Despesa de promoções e relações públicas	2.642	4.106
Despesa de propaganda e publicidade	524	435
Despesa de seguro	140	143
Despesa de serviços do sistema financeiro	3.330	3.186
Despesa de serviços de terceiros	1.112	1.031
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.379	2.206
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.474	852
Despesa de serviços de transportes	2.209	1.472
Despesa de viagem	209	168
Outras despesas administrativas	7.254	6.327
Total	30.902	28.149

NOTA 22 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	1.498	2.065
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	38.776	47.753
Reversão de provisões operacionais	4.255	6.179
Outras rendas operacionais	2.190	1.691
Total	46.719	57.688

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 Reapresentado
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.146	2.416
Contribuição O.C.E.	109	93
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	595	2.143
Contribuição Confederação Sicredi	9.757	7.514
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	1.066	1.093
Encargos da administração financeira	218	268
Repasse administradora de Cartões	942	953
Depreciação e amortização	1.804	1.102
Outras provisões operacionais	5.785	6.458
Outras despesas operacionais	2.676	2.977
Total	25.098	25.017

NOTA 24 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	224.234	170.386
Coobrigações em cessões de crédito	412	465
Total	224.646	170.851

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o de alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	185.826	153.275
Nível I (NI)	185.826	153.275
Capital principal - CP	185.826	153.275
Capital social	87.256	81.891
Reservas de capital	85.747	61.360
Lucros acumulados	18.016	13.296
Ajustes Prudenciais	(5.193)	(3.271)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.074.511	878.861
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	2.081	1.273
Margem de Capital (i)	70.922	65.215
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,29%	17,44%
Situação de Imobilização (Imob)	21.758	20.455
Índice de Imobilização (Imob / PR)	11,71%	13,35%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Elisandro Luis Marmentini
Diretor Executivo
CPF: 543.126.980-15

Jaime Célio Testolin
Diretor de Operações
CPF: 740.887.260-49

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20